

## EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA: A ESCOLA À SERVIÇO DO DISPOSITIVO HETERONORMATIVO

Flavio Santiago<sup>1</sup>  
Alex Barreiro<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo desconstruir o processo de inteligibilidade entre as categorias sexo, gênero e sexualidade, apresentando através dos discursos dos sujeitos que localizado nas linhas de fronteiras discursivas dos gêneros constroem a sua autopercepção. Com base nos aportes da *Teoria Queer*, questionaremos o lugar ocupado por jovens transgêneros na sociedade e o reflexo deste enquadramento nas relações estabelecidas dentro das instituições escolares. Buscamos por meio deste, artigo evidenciar as formas de construção do ser, o qual seus devires não se dão pelo acúmulo ou por etapas, mas por epifanias e momentos, em que os tempos se mesclam incessantemente, desmistificando a ideia de naturalidade ou de experiências cronológicas. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram privilegiados adolescentes travestis e transgêneros ligadas ao ponto de cultura e-jovem, localizado na cidade de Campinas, interior de São Paulo.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. *Teoria Queer*.

### Abstract

This paper aims to deconstruct the process of intelligibility between categories sex, gender and sexuality, by presenting the subjects' discourse that located in the lines of discursive boundaries of genres to build your self-perception. Based on the contributions of Queer Theory, we'll think about the place occupied by young transgenders in society and reflect this in the framework established relationships within the schools. We seek through this article highlight the building forms of being, which does not give by accumulation or in stages, but by the epiphanies and moments in time that mingle incessantly, demystifying the idea of natural or chronological experiences. To develop this work, were privileged teenager's transvestites and transgender-related point-culture and youth, located in the city of Campinas, São Paulo.

**Keywords:** Gender. Sexuality. Queer Theory.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela UNICAMP. Membro do GEPEDISC-Culturas Infantis. Contato: [flavio.fravinho@gmail.com](mailto:flavio.fravinho@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Educação pela UNICAMP. Membro do GEPEDISC-Culturas Infantis e do GEISH. Contato: [barreiroalex86@gmail.com](mailto:barreiroalex86@gmail.com)

## Introdução

Logo que nascemos nosso sexo é revelado, e a partir deste dado biológico será definido se viveremos num mundo azul ou rosa. Ao longo dos anos os corpos se adaptam as inscrições performáticas dos comportamentos de gênero, ou seja, masculino ou feminino, desenhados e redesenhados por convenções históricas e sociais.

Em muitos casos, os dispositivos de controle que normatizam e governam os corpos acabam por encontrar resistências, desta forma, a heterossexualidade compulsória é desestabilizada por discursos fora da ordem, contrariando os regimes de verdades impostos na produção dos sujeitos.

As tentativas de classificar as experiências sexuais e os comportamentos de gênero, não abarcaram em si a multiplicidade de corpos e performances presentes em diferentes sociedades, o que acabou por estremecer as bases teóricas que legitimavam respectivas identidades “genericadas” a diferentes sujeitos.

Os discursos proferidos pelas ciências biológicas também se emaranharam ao essencializar, biologizar e inscrever no ser humano um dado comportamento “natural”, partindo do pressuposto heterossexual e do comportamento “heteronormativo” enquanto regra.

(...) a influência das ciências biológicas sobre as humanas no século XIX se deve ao fato de que ao abordarem a vida de grupos e sociedades, e até a vida “psicológica”, estas ciências não pensaram na estrutura interna do ser humano, mas sim na bipolaridade médica do normal e do patológico. A tendência geral a classificar como patológicos estados de inconformidade revela o fundo moral de um saber que se constituiu pela classificação de toda e qualquer forma de dissidência com relação aos padrões estabelecidos. (MISKOLCI, 2005, p.15).

Assim, no transcorrer do século XX e XXI, esses discursos passaram a ser interrogados e os enunciados que estruturavam e sustentavam concepções originadas a partir dos pressupostos científicos foram desconstruídos, nesta investida os estudos Queer se destacam como formas de reflexão.

Um dos focos propostos por este texto é compreender, por meio dos discursos de pessoas transgêneros, integrantes do ponto cultura E-jovem<sup>3</sup>, localizado na cidade de Campinas (*interior de São Paulo*) como estes sujeitos vem se constituindo socialmente e sendo representados no ambiente escolar.

Para compreendermos as relações de poder presentes na sociedade, apoiamo-nos nos entendimentos de Michel Foucault, em especial, nos seus textos publicados na obra *Microfísica do Poder*.

---

<sup>3</sup> O ponto de cultura e-jovem está localizado na cidade de Campinas, interior de São Paulo. Atualmente é coordenado por Deco Ribeiro, e destina-se aos jovens LGBTT's que buscam ajuda psicológica, orientações sobre sexualidade ou mesmo encontrar-se e produzir cultura em um ponto comum.

Inicialmente, procuramos entender os conceitos de sociedade desenvolvidos por Foucault, para posteriormente compreendermos o tipo de poder atuante na sociedade pela qual as transgêneros vivenciam. As sociedades de poder descritas por Foucault podem ser estruturadas em duas diferentes organizações: as com o poder soberano e as com o poder disciplinar, esta última, utilizada neste ensaio.

Conforme Michel Foucault, o poder nas sociedades de disciplina (2004), esconde-se e revela-se nas mínimas relações entre os sujeitos. Ele deixa de ser personificado por um só corpo, indivíduo, ou seja, o rei, imperador, governante etc., e passa a pulverizar-se por vários corpos que atuam nos lugares disciplinares, como a família, igreja, hospital, escola etc.

[...] seria possível tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação, uma vez que é ela que determina os sujeitos dos quais trata: mais do que perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder deles mesmos ou de seus poderes para deixar sujeitar, é preciso saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. (FOUCAULT, 1997, p.71).

Compreende-se a partir de então, que não são os lugares onde se encontram os sujeitos que definem o seu poder na atuação, mas sim a relação que determina os indivíduos e seus atos de sujeição.

“O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2004, p.8).

Assim devemos considerá-lo, conforme Foucault (2004), como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Nesta investida, a metodologia empregada neste ensaio para compreender os discursos das jovens transgêneros pertencentes ao ponto de cultura campineiro em relação ao que vivenciaram durante o período escolar e vivenciam atualmente, são as análises discursivas (AD).

Alguns dos conceitos colocados por Foucault foram fecundos para aqueles que se lançaram numa perspectiva linguística visando o discurso. Foucault (1969) concebe os discursos como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. Tais regras, chamadas por Foucault de “regras de formação”, possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os objetos que aparecem coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os temas e teorias, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias. (BRANDÃO, 2004, p.32).

Essas regras determinam uma formação discursiva, e se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias.

O discurso é um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva, é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. (FOUCAULT, 1969)

(...) para Foucault, a análise de uma formação discursiva consistirá, então, na descrição dos enunciados que a compõem. E a noção de enunciado em Foucault é contraposta à noção de frases (unidades, respectivamente, constitutivas da lógica e da linguística da frase), concebendo-o como uma unidade elementar, básica, que forma um discurso. O discurso seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. (BRANDÃO, 2004, p. 33).

Foucault descreve quatro características constitutivas do enunciado. A primeira está ligada a relação que o enunciado possui com seu correlato, denominada de “referencial”.

O “referencial”, aquilo que o enunciado enuncia, “é a condição de possibilidade do aparecimento, diferenciação e desaparecimento dos objetos e relações que são designadas pela frase”. Assim, o enunciado, por sua função de existência, “relaciona as unidades de signos que podem ser preposições ou frases com um domínio ou campo de objetos” (MACHADO, 1981, p. 168), possibilitando-as de aparecerem com conteúdos concretos no tempo e no espaço. (BRANDÃO, 2004, p. 33)

A segunda característica que Foucault aponta diz respeito à relação do enunciado com o sujeito. O autor, conforme Brandão, vai na contramão de uma vertente idealista de sujeito que, interpretado como fundador do pensamento e do objeto pensado, percebe a história como um processo contínuo em que os elementos são introduzidos continuamente no tempo concebido como totalização.

Michel Foucault rompe com a clássica concepção que percebia a história como um discurso do contínuo, instaurando assim, uma nova visão da história como ruptura e descontinuidade, construindo uma série de mutações inaugurais na qual não há lugar para um projeto divino ou humano. “Para Foucault uma análise descontínua da história é o evento na sua manifestação discursiva sem referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora”. (BRANDÃO, 2004, p. 34)

Sendo assim, os discursos dos jovens transgêneros carregam consigo um conjunto de elementos que constituem suas histórias e a verdade sobre elas:

(...) o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma de discurso, quando tudo poder ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá, todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2006, p. 49).

### **Corpos híbridos, sujeitos abjetos: na contramão da heteronormatividade**

Donna Haraway, em “*Antropologia do Ciborgue*” nos alertou sobre as estratégias dos discursos identitários, dizendo:

A consciência da exclusão que é produzida por meio do ato de nomeação é aguda. As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas. Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da

crença em uma unidade “essencial”. Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. A consciência de classe, de raça ou gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (HARAWAY, 2009, p.47).

Assim como a autora Haraway, outros/as pesquisadores/as se dedicaram a estudar as estratégias de inteligibilidade produzidas pelos discursos identitários, que na intenção de aclamar pelos seus direitos, acabaram por reinscrever as normas e corroborar com os sentidos atribuídos pela perspectiva heterorreguladora.

Como apresenta Honnet (*apud* MEAD, 2003) as construções da identidade - e da consciência de si - estão ligadas ao desenvolvimento da percepção dos significados sociais que atravessam a vida do sujeito, estes significados preparam de certo modo o caminho no processo das experiências individuais. Como enuncia Juliana<sup>4</sup> - travesti: “Eu não me sinto trans, me sinto trava, desde quando comecei a me montar as pessoas me chamavam de menino de vestido, e aí fui me acostumando. Eu comecei a me aceitar mesmo como travesti e não trans”.

As identidades costumam os sujeitos nas estruturas, conectando os indivíduos como os modos culturais que eles praticam tornando ambos reciprocamente unificáveis e predizíveis (HALL, 2000). A construção da identidade se fundamenta em uma perspectiva relacional, marcada por um contexto tanto simbólico quanto social. Judith Butler em “*Bodies that matter*” e “*Gender Trouble*” descreveu que não somente o gênero, como também o próprio corpo é objeto de constituição discursiva, enunciados performativos, pois são meramente descritos; eles são sempre constituídos no ato da descrição. No ato do nascimento, quando o médico afirma “É uma menina!”, não está apenas relatando aquilo que vê, mas está, sobretudo, atribuindo um sexo e um gênero a um corpo que não existe fora de uma arquitetura discursiva.

Na medida em que a nomeação da “menina” é transitiva, isto é, em que ela inicia o processo pelo qual é imposto um certo “tornar-se menina”, o termo ou, mais precisamente, o seu poder simbólico, determina a formação de uma feminilidade corporalmente encenada que nunca preenche plenamente a norma. Essa é, entretanto, uma “menina” que está obrigada a citar a norma para se qualificar e se manter como um sujeito viável. A feminilidade não é, então, a consequência de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição (SALIH, 2012, p.232).

Nossos corpos estão repletos de significantes, e na medida em que não transitamos nos percursos traçados por um saber essencialista que inscreve sobre o corpo, gênero e a sexualidade uma natureza biológica, somos forçados, por uma ação política e discursiva a abrir mão de uma série de direitos, forçando-nos a residir enquanto categoria subalterna do ponto de vista da norma.

Nesse sentido, a presença de pênis ou vagina indica condutores que devem ser obedecidos, desafiar as convenções é romper com a suposta normalidade e deslocar-se dos padrões pensados de gênero, que se fundamenta em uma tríade de características socialmente

---

<sup>4</sup> Optamos, nesta pesquisa, pela não utilização do nome social e de registro para preservar a identidade do(a) entrevistado(a)s. Desta forma, foram inseridos nomes fictícios.

esperadas no que toca ao gênero, a sexualidade e a raça, os quais apontam como almejado e respeitado o homem masculino, caucasiano e heterossexual. Vale lembrar o questionamento de Louro (2004, p. 61-62): Que “marcas são essas? O que supostamente, elas mostram? As marcas devem falar dos sujeitos? Esperamos que elas nos indiquem- sem ambiguidades- suas identidades. Gênero? Sexualidade? Raça? Aparentemente seriam evidentes nas marcas dos corpos”.

Para Miskolci (2006) o consenso contemporâneo sobre a relação direta entre corpo e identidade expõe uma sociedade fundada em uma ética individualista, competitiva. Sendo o corpo visto cada vez mais como um instrumento para atingir modelos identitários que nada diferem de imposições sociais infundidas pelos padrões normalizantes, que limitam as possibilidades de ser e existir no mundo.

A produção das identidades se desenvolve por meio do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria. Não existindo tampouco nenhuma continuidade de uma posição-de-sujeito para outra ou qualquer identidade transcendental entre uma posição e outra (FOUCAULT, 1987).

Esses discursos são reafirmados em vários espaços, entre eles nas instituições educativas, que será uma das responsáveis pela sua constituição social. Na escola são acionados códigos que iniciam sociabilidades distintas do espaço familiar- a relação com as/os professores/as, monitoras/es, funcionários/as, e particularmente a relação com as próprias crianças. Nessas relações vários marcadores de diferença são acionados.

Pra mim foi mais difícil no ensino fundamental mesmo, eu era bem “bixinha” mesmo, tinha muita agressão, todos os dias tinha brigas e eu ia pra secretaria, mas o diretor ficava do meu lado. Eu já briguei com professor, já dei tapa no professor. (Juliana - travesti de 21 anos)

As subjetividades dos indivíduos, de acordo com FOUCAULT (1987), são produzidas por ações de varias forças (códigos morais, religiosos, racionais, linguísticos, culturais, institucionais, etc.), sobre o corpo dos homens e das mulheres, forças estas que se organizam e se alinham no interior das instituições disciplinares que têm como tarefa moldar, serializar e disciplinar os corpos.

Eu fui entrar em restaurante, pois tava tendo uma festa na minha cidade, então tinha espaço com vários bares, e eu fui entrar pra eu comprar um refrigerante e o segurança não me deixou entrar. Ai Eu perguntei:  
- É festa particular, e ele respondeu:  
- É.  
- Ai dei as costas e falei pra minha amiga:  
- Entra lá. Ai minha amiga entrou.  
Ai eu voltei e ele me barrou de novo, ai eu disse ué não é festa particular, aquela lá é minha amiga, então ela foi convidada e eu não?  
- É que aqui a gente não aceita gente do seu tipo. (Luana, transgênero de 30 anos)

Os discursos de produção dos sujeitos tem o cuidado de conservar as condutas e normas socialmente arraigadas, que são em inúmeras situações, resultados da instituição de pares antitéticos correspondentes ao anormal/normal.

Como nos mostra Faria (2002), em um caso que uma professora, que pintava as unhas das meninas, foi surpreendida por um menino querendo pintar suas unhas de vermelho, pois era esta a cor de Schumacher. Aqui é interessante perceber como os atributos de feminino e masculino se entrelaçam na medida em que o menino deseja participar de uma atividade considerada feminina,

que não causa estranhamento quando se trata de meninas, para celebrar uma atividade bastante masculina.

Quando pensamos nos processos de diferenciação do ser homem e do ser mulher, estabelecemos uma premissa que as diferenças de ser são construções sociais, se delineando em um dado tempo e espaço, construindo gêneros. Os gêneros podem ser entendidos como uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas, não sendo, portanto, algo *a priori*, definidos por características biológicas inatas dos seres humanos.

O gênero é uma construção identitária temporal, instituído num espaço externo por meio da repetição estilizada de atos. Como demonstrado por Butler (2001) o gênero se produz pela estilização de um corpo, por um processo de adorno, os quais gestões e movimentos deixam de serem meramente mecânicos passando a representar uma categoria.

As concepções sociológicas dos gêneros, homem e mulher não podem ser reduzidas a uma diferenciação sexual, pois esta se opera somente a uma ordem simbólica, a qual não integra os elementos culturais que os diferenciam.

Como descrito por Whitaker (1988), a sociedade cria modelos de ações que inspiram ideias artificiais do que seriam o masculino e o feminino, colocando na maioria das vezes a mulher pertencente ao gênero feminino em uma posição de submissão na sociedade.

Esses modelos remetem às experiências sobre os comportamentos diferenciados para meninos e meninas e, muito vezes, esse comportamento são avaliados também pelas/os educadoras/educadores.

Questões de identidades estão intimamente ligadas a questões de experiências, subjetividades e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é a experimentada como identidade ( BRAH, 2006, p. 371).

Para Miskolci (2005 p. 14) às instituições educacionais são locais privilegiados para que meninos aprendam a serem masculinizados e meninas a serem feminilizadas. Os processos educativos presentes dentro destas instituições tentam restringir possibilidades reforçando visões hegemônicas sobre o que é ser masculino ou feminino, portanto contribuindo para que todos acreditem que meninos são masculinos, porque naturalmente têm gestos brutos e são mais agressivos, enquanto meninas seriam femininas por serem naturalmente delicadas.

As instituições educativas ensinam aqueles que se diferenciam destes padrões a calar sobre si mesmos como se fossem abjetos a ponto de manter seus sentimentos escondidos de todos.

O ensino brasileiro não aceita e não respeita a travesti como gênero feminino e com a identidade feminina.

O Estado não aceita a travesti como menina dentro da escola.

Os educadores não sabem conviver e não aceitam a travesti com jeito e nome feminino. E se os próprios educadores não aceitam e não respeita essa travesti, os alunos vão fazer o mesmo.

Isso ta focado na universidade, porque é onde você mais vê preconceito na fala do educador: machismo, racismo, sexismo, homofobia, os mais homofóbicos são os professores de faculdade, os mais preconceituosos (Luana - 30 anos).

Diante destes diversos processos opressivos, as estratégias de resistências são limitadas e, muitas vezes, revelam-se armadilhas: “Que agressão? Quem agredia era eu, pois se não vão me respeitar, vocês vão me engolir, dou na cara !!!”(Luana - 30 anos).

Contudo, esse processo não resiste totalmente, existindo corpos que conseguem fugir do assujeitamento de si, construindo-se como sujeitos com *devires* e vontades distintas, caminhando entre as fronteiras do masculino e feminino, promovendo experiências antes não cogitadas pelo modelo hegemônico de dominação: “Não me considero mulher porque até tem dias que acordo com vontade de ser menino. Tem dia que levanto como menino e tem dia que levanto como menina. Não me incomodo. Eu gosto do meu negocinho!” (Luana - 30 anos).

Tudo que fazemos, ou seja, a forma de pensar, falar, sentir, fantasiar e até sonhar, sofre influência da imagem que temos de nós mesmo. Esta imagem não emerge do nada, mas a construímos a partir dos modelos que a sociedade produz e nos oferecem, são elementos culturais que adornam o corpo criando uma subjetividade pré-determinada.

Vem daí as necessidades de processos educativos contínuos e reiterativos, pois se os seres humanos se comportassem unicamente a partir de seus impulsos biológicos não seria necessário educar tão cuidadosamente todos os aspectos diferenciais que distinguem o ser homem e o ser mulher socialmente, pois os corpos dos indivíduos devem, pois, apresentar marcas visíveis desse processo; marcas que, ao serem valorizadas por essas convenções, tornam-se referência para todos.

Você não vê muitas travestis indo pra escola, porque acham que não tem espaço e que as pessoas não vão respeitá-la dentro da escola, eu nunca me senti parte da escola, aquilo era distante, as pessoas ainda me desrespeitavam. No ensino fundamental eu morava em Boa Esperança, cidade do sul de Minas Gerais com 36 mil habitantes, e eu era o único adolescente gay assumido na cidade inteira. Eu sempre fui encrenqueiro, bateu levou, e quem fala o que quer escuta o que não quer. Bati em muita gente para ter que ter o respeito (Luana - 30 anos).

A escola não é a única responsável pela transmissão de modelos segregacionistas, mas tem um papel importante nesta transmissão, principalmente ensinando aqueles que desviam do padrão “heteronormativo” a se silenciarem, como se fossem abjetos a ponto de deverem manter seus sentimentos escondidos de todos, criando espaços para a construção de estereótipos que cominam em segregações e exclusões.

Para Bhabha, (2007), os estereótipos são instrumentos de um discurso político que parte de um processo de subjetivação para criar imagens de um determinado grupo ou indivíduo.

A construção dos estereótipos está inscrita na articulação do poder através do discurso, construindo determinações múltiplas, entrecruzando conceitos como raça – etnia – gênero – e sexualidade de forma polimórfica e perversa, apresentando um posicionando a noção simplificada da estética, e da política pré-estabelecida pelo padrão heterossexual, branco, patriarcal e eurocêntrico.

O estereótipo se constitui como um modo de representação complexo, produtor de subjetividades “caricaturadas” por falta de conhecimento preciso sobre a realidade daqueles que a sociedade marginaliza, bem como anuncia os limites sociais e individualiza as próprias posições estéticas e subjetivas (Bhabha, 2007).

Na cabeça do povo travesti tem que fazer programa e travesti só faz show.  
Drag Queen ainda eu sou, eu ainda continuo fazendo

show, só que tipo assim, eu vejo que não é só fazer show e tudo, temos que mostrar que travesti também tem que ser vista como travesti e não como drag queen. Eu também sou do lar. (Juliana, 21 anos).

Nesse sentido, o estereótipo se comportaria em termos fetichistas, construído em cima de “saberes oficiais” para normalizar as diferenças, e produzir uma identidade baseada tanto na dominação, quanto na ansiedade de defesa, a qual recusa o reconhecimento da diferença (Bhabha, 2005). Tornando um elemento de introjeção de saberes para a formação de potencialidades de um discurso racistas, sexistas, separatistas e discriminatório, o qual está incumbido de produzir sentidos e naturalizar desigualdades presentes na sociedade.

A produção dos estereótipos se assenta na norma como princípio de qualificação e de correção ao mesmo tempo. Assim, a norma não visa excluir ou rejeitar, antes é a pedra de toque de um exame perpétuo de um campo de regularidade dentro do qual se analisa incessantemente cada indivíduo para julgar se ele é conforme a regra ou a norma hegemônica (MISKOLCI, 2004, p.124)

Os estereótipos enquanto atributo de qualificação – que subjagam os indivíduos perante uma norma – estão atribuídos no processo de valorização de um saber (de uma forma de se construir no mundo) e desqualificam a negação de outros saberes que afastam ou possam vir a romper a ordem hegemônica do saber dominante.

Deste entrecruzamento surgem as percepções e conceituação de indivíduo, que toma para si o processo unificador de uma essência inteligível e é obrigado pelos mecanismos sociais a estabelecer relações solidárias com os membros de sua comunidade.

Para HALL (1998) o indivíduo passou a ser localizado e definido no interior da estrutura social com o nascimento do discurso da modernidade. Dois importantes eventos contribuíram para a articulação dessas ideias: o primeiro foram os estudos darwinistas; biologizando indivíduos, e o segundo o surgimento das novas ciências sociais, que desenvolveram uma explicação do modo como os sujeitos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas.

Nossas identidades nada mais são do que marcas discursivas tecidas nas estruturas de tempo e espaço, amarradas por entraves sociais que nos constroem como indivíduos possuidores de uma cultura e de uma essência social.

Deste modo, a construção do olhar para diferença não deve ser estabelecida dentro da lógica da tolerância neoliberal, mas sim ser produzido através da recusa da homogeneização, que ocorre nos dispositivos que montamos quando nos subordinamos a um modelo único, ou a uma dimensão predominante (PELBART, 1993).

É necessário também, que os professores/as tenham um comprometimento político a favor da afirmação das diferenças, desconstruindo em sua prática cotidiana concepções homogeneizadas como, por exemplo, o padrão considerado ideal de homem: com determinadas características associadas a uma estética eurocêntrica supervalorizada em detrimento de quaisquer estéticas que não se assemelham a esta. É importante destacar que não se trata de acrescentar conteúdos em datas específicas criando “momentos da diversidade”, mas de trabalhar os processos educativos a partir da perspectiva da diferença, mostrando que existem diferentes visões de mundo, e distintas realidades socioculturais e históricas.

A escolha política pela afirmação das diferenças não é somente uma questão de modismo ou simples convicções partidárias, mas sim o engajamento em uma luta que se estabelece contra todas as formas de discriminação e pensamentos ideológicos que desqualificam as pessoas, as comunidades e as culturas. Educar deve se tornar um ato político (FREIRE, 1981), em que discriminações, pensamentos racistas, e quaisquer formas de desumanização dos sujeitos envolvidos não sejam percebidas como algo natural, corriqueiro e passageiro.

O ensino teria por finalidade a ampliação das percepções de mundo, de sujeito e de realidades socioculturais, construindo um ambiente em que o outro não seria mais um elemento, mas sim peça fundamental para construção da ação educativa.

### **Considerações finais**

A experiência dos sujeitos transgêneros que atualmente residem na cidade de Campinas, interior de São Paulo, podem ser ouvidas, cada qual na sua particularidade, em outras cidades do país, compondo assim, um conjunto de marcas que denunciam a violência física, psicológica e simbólica causadas pelos espinhosos discursos heterossexistas, que na intenção de formatar e assujeitar os indivíduos às suas convenções e modalidades, inscrevem nos corpos sentidos e significados abjetos.

Desta forma, aqueles que não compactuam com os discursos produzidos pela matriz heterossexual, passam a se distanciar, se isolar, entrando na lógica discursiva, ou seja, passa a se constituir como oposição ao modelo relegado, tecendo outra identidade coletiva, que se sustenta neste jogo de binarismos.

Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay. Este procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência, e a complementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de hétero/homossexualidade, são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação, de forma que estamos sempre dentro de uma lógica binária que, toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever em suas próprias bases. (MISKOLCI, 2009, p.153-154).

Neste processo, as identidades emergem como arbitrariedades, pois os dispositivos que produzem e arrematam as identidades criam espaços específicos para esses grupos residirem, assim como uma série de condutas que repetidas incessantemente tornam-se performáticas. Instituídos esses códigos que passam a reger/nomear, classificar e definir determinados grupos resta aos educadores o discurso da tolerância, afirmando a necessidade de “respeitar” a diversidade.

Miskolci explora esta questão, dizendo:

Na minha visão, as demandas sociais são de reconhecimento da diferença, mas o filtro político as traduz na linguagem da tolerância da diversidade. Tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade não quer dizer aceitá-la. Em termos teóricos, diversidade é uma noção derivada de uma concepção muito problemática, estática, de cultura. É uma concepção de cultura muito fraca, na qual se pensa: há pessoas que destoam da média e devemos tolerá-las, mas cada um se mantém no seu quadrado e a cultura dominante permanece intocada por esse Outro.” (MISKOLCI, 2012 p.46).

Pensar o significado e representação deste termo “diversidade” pode nos levar a refletir como as relações se constituem nos espaços escolares, ou seja, como as alunas e alunos lidam com os colegas de sala que se esquivam da estrutura normativa.

Na escola, seria como se disséssemos: estaremos na mesma sala, mas você não interfere na minha vida e eu não interfiro na sua e não interferiremos na de fulano. Além de ser impossível ocupar o mesmo espaço sem se relacionar e interferir, a retórica da diversidade parece buscar manter intocada a cultura dominante, criando apenas condições de tolerância para os diferentes, os estranhos, os outros. (MISKOLCI, 2012, p.47).

Assim, enquanto um discurso for predominante e entendido como verdade, designando elementos que regerão uma norma, estaremos destituindo as subjetividades e o processo de constituição das diferenças, compactuando com os regimes produtores de violências.

## Referências

- BHABHA, Home. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BRAH, Avath. *Diferença, Diversidade e Diferenciação* In: Cadernos Pagu. Janeiro-Junho de 2006: p. 329-379.
- BRANDÃO, Helena HatshueNagamine. *Introdução à análise do discurso*. – 2ed. ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis, Editora vozes, 1971 (título original: L'archéologie du savoir 1969).
- \_\_\_\_\_. *Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France*. Edições Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Roberto Machado (org.). 20 ed. São Paulo: Graal, 2004.
- GUSMÃO, Neusa. M. *Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro*. In: Cadernos de Pesquisa. nº 107, julho. 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Cultural studies*. Ein politisches Theorieprojekt. Ausgewahlte Schriften 3. Org. von Nora Rahtzel Hamburg: Argument Verlag. 2000.
- HARAWAY, Donna. *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- LOURO, Guacira. L. . *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- MACHADO, R. *Ciência e Saber. A trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- \_\_\_\_\_, *Do Desvio às Diferenças*. Teoria & Pesquisa 47. Jul/Dez de 2005, p. 9 -41.

\_\_\_\_\_, *A Teoria Queer e a Sociologia*. o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n° 21, jan/jun. 2009, p. 150-182.

\_\_\_\_\_, *Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência*. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3): 681-693, setembro-dezembro/2006.

MISKOLCI, Richard, org.; Pelucio, Larissa, Org. *Discursos fora da ordem*: sexualidades, saberes e direitos. – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*; tradução e notas de Guacira Lopes Louro. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PERBERT, Peter.P. *A nau do tempo-rei*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.